



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CAMPOS DO AGRESTE  
NÚCLEO DE GESTÃO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

JEFFERSON JOSE ARAUJO DE SOUSA

**IMPACTOS DA PANDEMIA NA ECONOMIA DO BRASIL:** uma discussão à luz do  
pensamento ortodoxo e heterodoxo

Caruaru  
2023

JEFFERSON JOSE ARAUJO DE SOUSA

**IMPACTOS DA PANDEMIA NA ECONOMIA DO BRASIL:** uma discussão à luz do  
pensamento ortodoxo e heterodoxo

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Coordenação do Curso de  
ciências economicas do Campus Agreste  
da Universidade Federal de Pernambuco –  
UFPE, na modalidade de monografia,  
como requisito parcial para a obtenção do  
grau de bacharel em ciências econômicas.

**Área de concentração:** Economia.

**Orientador (a):** Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Marcio Miceli Marciel de Sousa

Caruaru

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do programa de geração automática do  
SIB/UFPE

Sousa , Jefferson Jose Araujo de .

Impactos da pandemia na economia do Brasil: uma discussão à luz do  
pensamento ortodoxo e heterodoxo / Jefferson Jose Araujo de Sousa . -  
Caruaru, 23.

39 : il., tab.

Orientador(a): Marcio Miceli Maciel de Sousa

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de  
Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste, Ciências Econômicas, 23.

Inclui referências, apêndices, anexos.

1. escolas do pensamento econômico . 2. pensamento econômico heterodoxo.  
3. pensamento economico ortodoxo . 4. pandemia no Brasil e covid 19. 5.  
macroeconomia . I. Sousa , Marcio Miceli Maciel de . (Orientação). II. Título.

330 CDD (22.ed.)

JEFFERSON JOSE ARAUJO DE SOUSA

**IMPACTOS DA PANDEMIA NA ECONOMIA DO BRASIL:** uma discussão à luz do  
pensamento ortodoxo e heterodoxo

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Coordenação do Curso de  
ciências econômicas do Campus Agreste  
da Universidade Federal de Pernambuco –  
UFPE, na modalidade de monografia,  
como requisito parcial para a obtenção do  
grau de bacharel em ciências econômicas.

Aprovado em: 05/04/2023

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Marcio Miceli Maciel de Sousa (Orientador)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof. Dr. Jose Valdecy Guimaraes Junior (Examinador Interno)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof. Mestre. Antonio Cesar Cardim Britto (Examinador Interno)  
Universidade Federal de Pernambuco

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente a Deus, por sempre se fazer presente em minha vida e guiar todos os meus passos sendo essência de tudo. Aos meus pais, que trabalharam muito para me proporcionar um estudo de qualidade e me apoiaram em decisões durante todas as etapas da minha vida. Ao meu orientador, professor Dr. Marcio Miceli, pelo empenho dedicado à elaboração deste trabalho e por acreditar no meu potencial. Aos demais professores do curso, que foram tão importantes na minha vida acadêmica e no engrandecimento do meu conhecimento durante os últimos anos. Aos meus colegas de Universidade que sempre estiveram presentes nos momentos de alegria e tristeza. Amigos sinceros que serão para toda vida.

## RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar a pandemia a partir de perspectivas econômicas ortodoxas e heterodoxas. Para tanto, foi realizada pesquisa bibliográfica por meio da revisão de materiais publicados, como livros, artigos e dissertações. Pode-se concluir que a pandemia de Covid-19 trouxe grandes desafios ao sistema econômico global. Isso aumenta a necessidade de uma economia confiável para entender as mudanças e ajudar os formuladores de políticas a desenvolver políticas eficazes. Na visão ortodoxa, o livre mercado deveria ser incentivado, respeitando um falso dilema entre a vida e a economia. Já na visão da heterodoxia, o bem-estar social e a importância do Estado no equilíbrio econômico são enfatizados.

**Palavras-Chaves:** Ortodoxia; Heterodoxia; Pandemia; Crise econômica.

## ABSTRACT

The objective of this work is to analyze the pandemic from its orthodox and heterodox. To this end, a bibliographic research was carried out through the review of published materials, such as books, articles and dissertations. It can be deepened that a Covid-19 pandemic has brought great allurement to the global economic system. This needs a reliable economy that can manage changes and help develop a more simple economic policy. In the orthodox view, the economic point of view is based on the free market, which is most effective when it is no longer regulated. Data suggest that in an economy, the pandemic ethical dilemma in which the policy objective is based on the balance of the two variables. In heterodox views, social welfare and importance of the State in economic balance are emphasized. The pandemic has shown that, through huge measures in the country, it has a significant role in crisis response, sustainability for the country's economy.

**Keywords:** Orthodoxy; Heterodoxy; Pandemic; Economic crisis.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 2 - Evolução do PIB em %.....	28
Figura 3 - Evolução entre a dívida bruta e líquida .....	30
Figura 4 - Análise da inflação de 2010 até 2020.....	34

## SUMARIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>9</b>
1.1	OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS .....	10
1.2	PROBLEMÁTICA DA PESQUISA .....	11
1.3	JUSTIFICATIVA E CONTEXTUALIZAÇÃO .....	11
<b>2</b>	<b>METODOLOGIA</b> .....	<b>13</b>
<b>3</b>	<b>REFERÊNCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>14</b>
3.1	ORTODOXIA E HETERODOXIA NA PANDEMIA .....	14
3.1.1	Ortodoxia na economia.....	14
3.1.2	Heterodoxia na economia .....	19
<b>4</b>	<b>RESULTADOS E DISCURSSÕES</b> .....	<b>22</b>
4.1	A VISÃO HETERODOXA NA PANDEMIA .....	23
4.2	A VISÃO DA ORTODOXIA NA PANDEMIA .....	24
4.3	ECONOMIA DO BRASIL E A PANDEMIA .....	26
4.3.1	Produto interno bruto.....	27
4.3.2	Dívida pública .....	29
4.3.3	Política de crédito e renda.....	31
4.3.4	Política monetária.....	32
4.3.5	Balança comercial .....	33
4.3.6	Agravamento da inflação .....	34
4.3.7	Mercado de trabalho .....	35
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>36</b>
	REFERÊNCIAS.....	37

## 1 INTRODUÇÃO

Sabemos que as crises afetam o sistema econômico, se observamos a idade moderna, as principais crises foram provocadas pelas guerras, colapsos nos mercados financeiros como a crise de 1929 e a crise de 2008, e também as crises de caráter sanitário e de saúde global. Entre elas, podemos destacar as pandemias de Gripe Espanhola (1918-1920), a Gripe Asiática (1957-1958), a Gripe de Hong Kong (1968-1969), a Gripe Russa (1977-1978), a Gripe Aviária (2003-2004) e a Gripe A de (2009), causando inúmeros colapsos nas variáveis econômicas (COSTA; MERCHAN-HAMANN, 2016).

A mais recente, surgiu em dezembro de 2019, na República Popular da China (província de Hubei e cidade de Wuhan), houve a identificação do Covid-19, denominado popularmente como “coronavírus”. A doença passou a ser pandêmica a partir de março de 2020, o distanciamento social e as medidas de isolamento social foram recomendados como as primeiras iniciativas de combate a crise, o agravamento da pandemia trouxe impactos nas áreas de saúde, social e econômica (TÁVORA, 2020).

Sabendo que a crise afetou os países desenvolvidos gerando diminuições nos principais indicadores da economia, tornou-se ainda mais preocupante em países onde persistem problemas estruturais, econômicos e sociais, retratados por elevados índices de pobreza e desigualdades, como os da América Latina e, particularmente, no caso do Brasil (SOUSA, 2010). Segundo World Bank (2020), a recessão da economia gerada pela crise da corona vírus, tem impactos mais profundos no sistema econômico global do que as a crise financeira mundial de 2008-2009 e a crise da dívida da América Latina nos anos 1980. O cenário econômico brasileiro antes do colapso provocado pela pandemia era de superação da crise de 2014/2017, a qual foi originada por uma combinação de choques de oferta e demanda, devido a erros de política econômica.

Estes fatores provocaram uma redução do crescimento da economia brasileira e incertezas sobre a solvência das finanças públicas (BARBOSA FILHO, 2017). A pandemia causada pela Covid-19 gerou inúmeros desafios ao sistema econômico mundial, criando uma incerteza substancial, onde investimentos e o consumo de bens e serviços foram reduzidos ou cancelados, tanto no cenário interno, quanto externo, uma vez que a redução da atividade econômica em outros países impactou negativamente no volume e no preço das exportações brasileiras, com isso houve

uma redução do comércio que acarretou em um desencadeamento na economia, pela redução da produção e jornada de trabalho, demissão de trabalhadores, aumento de falências e retração da oferta de crédito pelo setor bancário, devido à ampliação do risco do investimento (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2020b).

Estes inúmeros desafios trazidos pela pandemia criou a necessidade de repensar em uma ciência econômica confiável que possa ajudar a entender as mudanças e orientar os tomadores de decisão para criar políticas econômicas confiáveis e eficazes, rompendo os esforços dos países que assumiam um papel mais rigoroso frente a formulação da política econômica fiscal e monetária, sendo necessário uma maior atuação do Estado na economia, nesse cenário ocorreu uma maior flexibilidade do pensamento ortodoxo, em que, a crise provocada pela pandemia colocou em xeque a necessidade de um Estado mais atuante, isto é, com maior poder de intervenção nas formulações das políticas, deixando de lado os posicionamentos mais conservadores, com isso os economista ortodoxos passaram a concordar em alguns aspectos com as soluções impostas pelo pensamento econômico heterodoxo, onde mesmo com as divergências entre a visualização da crise no que se refere as questões estruturais e conjunturais, as linhas do pensamento ortodoxo e heterodoxo, ambos concordaram com a necessidade de uma maior fornecimento recursos para a população, fortalecendo o sistema público de saúde e aparando a população mais vulnerável (LAPAVITSAS, 2020).

Nesse sentido esse trabalho tem a finalidade de trazer à tona o debate econômico entre a heterodoxia e a ortodoxia na pandemia e disponibilizar um relatório avaliativo das medidas e políticas adotadas pelos entes governamentais, como proteção à saúde e à condição de vida da população a partir da situação das famílias durante a Covid-19, onde consideramos que o contexto imposto pela pandemia foi emergencial não apenas em relação a saúde, mas também em relação as condições de sobrevivência financeira das famílias, isto é, o nível de renda agregado das famílias durante a pandemia, a manutenção dos empregos e o consumo.

### 1.1 OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS

O objetivo geral da pesquisa é fazer uma abordagem sobre o debate acadêmico entre a escola do pensamento econômico ortodoxo e heterodoxo, no enfrentamento da crise causada pela pandemia da corona vírus.

Como objetivos específicos tem-se: fazer uma análise sobre o impacto da pandemia no cenário mundial, analisar os impactos da pandemia nos principais

indicadores econômicos do Brasil, apresentar ao leitor um recorte sobre surgimento das escolas do pensamento econômico ortodoxo e heterodoxo, mostrando as principais argumentações de cada uma dessas linhas do pensamento econômico.

## 1.2 PROBLEMÁTICA DA PESQUISA

Para tanto, o trabalho seguirá uma estrutura didática, visando tratar de forma coerente sobre o tema e alcançar os objetivos propostos. Inicialmente será importante estudar o impacto da pandemia na economia Brasileira e mundial, para posteriormente compreender as óticas das duas vertentes da economia. Em momento seguinte será importante tratar, mesmo que brevemente, sobre conceitos da heterodoxia e ortodoxia, visando estabelecer uma base para a compreensão sobre a temática

Por fim, a discussão se voltará para o tema central: a ótica do pensamento econômico sobre o impacto da pandemia no Brasil e no mundo. Nesse vértice, a problemática que deverá ser respondida no desenvolvimento do trabalho é a seguinte: Quais as óticas os reflexos das políticas e planejamento econômico foram mais benéficos para a sociedade de uma forma geral?

## 1.3 JUSTIFICATIVA E CONTEXTUALIZAÇÃO

A justificativa para a escolha do tema, em uma perspectiva econômica, reside na necessidade de aprofundamento teórico. Como várias escolas teóricas, o estudo da pandemia possui diversas óticas, com interpretações específicas. Assim, em respeito a problemática levantada, tais óticas devem ser analisadas de forma mais aprofundada, de forma a estabelecer uma visão sobre as vertentes da economia. Por outro lado, a partir de uma perspectiva social, o tema é importante na medida em que esclarece os pontos de vistas tanto da ortodoxia e heterodoxia sobre a pandemia da covid-19.

Mesmo que a temática não seja algo comum no Brasil, a mesma possui grande importância e pode ser perfeitamente difundida. Nesse sentido, a partir de uma análise ampla e didática da temática proposta, o trabalho pode ser uma fonte de informação para a sociedade, fazendo com que surjam novas possibilidades de investigação. Ainda, por se tratar de uma análise das vertentes econômicas, o estudo é extremamente necessário, já que tais vertentes regem a forma como a economia é praticada.

Por fim, a partir de uma perspectiva pessoal, o tema escolhido ascende um interesse especial, devido a sua pouca discussão acadêmica. Não que se trate de um

tema raro, mas é um tema que merece uma atenção acadêmica especial. Assim, a elaboração deste trabalho se fundamenta, principalmente, (I) na necessidade de se os impactos da pandemia no mundo, (II), e na importância de trazer diferentes óticas econômicas sobre a pandemia.

## 2 METODOLOGIA

A metodologia tem como objetivo a organização de regras e procedimentos que devem assegurar a validação no processo de investigação do conhecimento, ou seja, é um direcionamento que se propõe uma observação sistemática, de seleção de fatos de uma dada realidade. Marconi e Lakatos (2011) coadunam do mesmo pensamento quando afirmam que “O método é conjunto das atividades sistemáticas e racionais que com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo (conhecimentos válidos e verdadeiros) traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista.”

A pesquisa realizada será de cunho bibliográfico e narrativo, na qual o estudo será realizado de acordo com material já publicado, consistindo em uma investigação para a construção de ideias que respondam aos objetivos e problema de pesquisa. Neste sentido, Gil (2010) discorre que a pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado e, tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos.

O autor acrescenta ainda que, a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente.

Segundo Marconi e Lakatos (2011) "A pesquisa bibliográfica, ou fontes secundárias, abrangem toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo.". Assim sendo, após o processo de seleção do material, os mesmos serão lidos a fim de selecionar as teorias referentes à temática para se atingir o objetivo a qual se propõem a pesquisa. A pesquisa bibliográfica concentra-se em materiais publicados entre 1990 e 2020 encontrados nos bancos de dados Google Scholar e Scielo. Esses materiais são baseados em uma combinação dos seguintes palavras-chave: "ortodoxa" "heterodoxa" e "Políticas Econômicas"; "Pandemia", e " Covid-19".

### **3 REFERÊNCIAL TEÓRICO**

#### **3.1 ORTODOXIA E HETERODOXIA NA PANDEMIA**

Nessa parte do trabalho iremos apresentar as teorias e argumentações referentes as discussões do pensamento econômico na visão heterodoxa e ortodoxa de forma mais geral para situar o leitor a respeito deste debate acadêmico. Onde iremos apresentar a importância da moeda e o papel do estado na economia fazendo o contraste entre essas vertentes do pensamento econômico, sendo assim, abordaremos a ortodoxia como aqueles economistas que aceitaram a lei de Say e a teoria quantitativa da moeda tanto no curto quanto no longo prazo, já a heterodoxia como aqueles economistas que se opuseram a estas teorias.

##### **3.1.1 Ortodoxia na economia**

O pensamento da ortodoxia na economia tem sua origem a partir de Adam Smith no livro riqueza das nações que foi publicado em 1776 e na França com o economista Jean-Baptist Say, que levou as ideias de Smith para o seu país, na primeira metade do século XIX. Estes economistas fizeram parte da escola clássica e diferente de outros pensadores como Marx e David Ricardo, se preocupavam como a riqueza era gerada e não com a distribuição da mesma. muito embora este conceito de economia ortodoxa não tenha uma definição simplista podemos esboçar algumas características dessa linha de pensamento como sendo uma economia voltada para os métodos e procedimentos matemáticos e econométricos, no individualismo e que os resultados são mais importantes do que a hipótese em si. A partir desse ponto iremos fazer o recorte de duas teorias: a teoria quantitativa da moeda e a lei de Say, embora sejam teorias distintas tem pressupostos parecidos e é essencial na definição da ortodoxia, do papel do Estado e mercado na economia, bem como, na diferença da linha de pensamento heterodoxa (MOLLO, 2002).

A teoria de Say expõe que toda oferta é capaz de criar sua própria demanda, onde de acordo com Mollo (2002), isso nos diz que o mesmo processo produtivo que cria os produtos na economia é o responsável pela geração da renda, isto é, salários, alugueis e o lucro que é necessário para consumir tudo aquilo que é ofertado, esse círculo virtuoso cria o equilíbrio perfeito entre a oferta e a demanda, com o aumento da produção, há uma elevação dos bens e serviços ofertados e com isso cria-se a demanda necessária para consumi-los uma vez que é necessário pagar os fatores de produção, neste sentido a oferta agregada esta interligada com a demanda agregada (BLAUG, 1990).

De acordo com Blaug (1990), ao expor a oferta e a demanda de maneira agregada, a lei de Say alerta que não é possível aplicar a variáveis macroeconômicas afirmações advindas da microeconomia. Segundo ele, ao mesmo tempo que é possível para um bem particular ser produzido em excesso em relação a todos os outros bens, é impossível que todos os bens sejam produzidos em excesso relativo, por isso é necessário enxergar esse fluxo de maneira agregada. Uma vez que o próprio processo produtivo (oferta) é suficiente para criar a demanda, esse pensamento proposto pela lei da Say mostra que não existe falta de rendimentos monetários, dado que não sobra mercadoria que não consiga ser vendida, caracterizando uma economia equilibrada e autorregulada pela força do mercado, excluindo assim, cenários de crises.

Segundo esta linha de pensamento para que não existisse crises como por exemplo a superprodução de mercadorias, onde a demanda é incapaz de consumir toda a oferta produzida, é fundamental que se respeitem determinados pressupostos que circundam e garantem o pleno funcionamento da Lei de Say onde o primeiro deles refere-se ao fato de não poder existir a retenção de moeda fora de circulação, de acordo com Mollo (2002), uma vez que a moeda sai de circulação, isto é, ocorre o entesouramento da moeda os bens e serviços deixam de ser consumidos em sua totalidade, fazendo com que tenha um excesso de oferta que resulta na diminuição de preços, conseqüentemente esses bens e serviços deixam de ser produzidos, o que causará desemprego de operários que já não terão renda suficiente para consumir a mercadoria que sobrou. Uma vez que temos o cenário de superprodução de um lado e o desemprego do outro que ocorreu devido o entesouramento da moeda, temos o fim da lei de Say, nessa circunstância anula-se a possibilidade de a oferta criar sua própria demanda.

O segundo pressuposto da lei de Say se refere a neutralidade da moeda, pois de acordo com essa teoria a neutralidade da moeda garante o equilíbrio entre a oferta e a demanda agregada uma vez que não faz sentido existir excesso de demanda por moeda já que mesma representa apenas um valor de troca que no final irá garantir que o valor total de todos os bens ofertados será igual ao valor dos bens demandados (BLAUG, 1990). De acordo com Mollo (2002) a variação da quantidade de moeda emitida afeta apenas o nível geral de preços da economia, isto é, um aumento na emissão ou oferta de moeda disponível não traz ganhos reais ao produto real, dessa forma ocasiona um aumento geral do nível de preços, através da inflação.

O terceiro pressuposto vem da ideia que a moeda tem que ser exógena que ocorre quando a moeda é controlada pela autoridade monetárias, isto é, os Bancos centrais, pois a moeda passa a funcionar como algo exógeno a economia, caso o banco central não tenha o controle da mesma e a moeda passe a ser entesourada, ficando fora de circulação a autoridade monetária não consegue controlar a moeda de forma ideal e a circulação da moeda perde a estabilidade monetária e com isso acaba gerando uma inflação na qual o banco central deixa de ser responsável e a moeda passa a ser endógena ao modelo econômico e assim a lei de Say não é respeitada (MOLLO, 2022).

Uma outra teoria que forneceu bases importantes para as ideias do pensamento econômico ortodoxo foi a teoria quantitativa da moeda (TQM), onde de acordo como Amado e Mollo (2003) nos dias atuais é possível escrever a equação de troca que é usada para esboçar a teoria quantitativa da moeda da seguinte forma:

$$M V = P Y$$

Onde o M representa a quantidade de moeda ou os meios de pagamentos, a velocidade de circulação da moeda e representada por V, o nível de preços dos bens e serviços produzidos é representado por P e o produto real da economia é representado por Y. essa equação traz uma análise intuitiva onde a quantidade de moeda multiplicada pela velocidade da moeda é igual ao produto entre o nível geral de preços da economia e a produção real. De acordo com Armando e Mollo (2003), essa equação não representa a TQM e sim uma igualdade contábil que é aceita por grande parte dos economistas e que para satisfazer de fato a teoria quantitativa da moeda é necessário atender as hipóteses como a neutralidade da moeda, previsibilidade e estabilidade na velocidade em que a moeda circula, moeda exógena a economia e o entesouramento são vistos como algo irracional.

A neutralidade da moeda ocorre devido ao fato de que na TQM a mesma não altera variáveis reais da economia no longo prazo, apenas admite-se a possibilidade de interferir no curto prazo, pois de acordo com Amado e Mollo (2004) mudanças na quantidade de moeda não interferem no produto real da economia e caso ocorra alguma interferência não é permanente, isto é, não causa interferências de longo prazo no produto real. Como dito por Say (1803, p.374), a moeda é como qualquer outra mercadoria, onde o aumento ou diminuição da quantidade de moeda disponível não acarreta em aumento ou diminuição do capital total de um país, logo o aumento

da emissão de moeda não traz resultados satisfatórios ao produto real da economia e o que acontece é uma elevação do nível geral de preços, isto é, a inflação.

Os ajustes monetários que são feitos nas transições entre curto e longo prazo da economia podem causar efeitos sobre a economia real, como por exemplo a poupança forçada, que pode desviar recursos do consumo para a formação de capital, mas mesmo com esses ajustes não neutros entre as transições dos prazos da economia a neutralidade da moeda se matem no longo prazo e os efeitos não neutros da transição desaparecem (BLAUG, 1990).

Quando a velocidade de circulação da moeda é estável ou previsível, o nível de preços vai variar de forma proporcional as variações na quantidade de moeda, onde de acordo com Blaug (1990) pode-se afirmar que existe uma relação causal entre a velocidade de moeda e a quantidade de moeda disponível. Uma vez que a velocidade de circulação da moeda é previsível fica fácil para que a autoridade monetária possa manipular a quantidade de moeda de forma eficaz (AMADO E MOLLO, 2004, p. 33).

O pressuposto da moeda ser exógena é o que garante como já visto anteriormente na lei da Say o poder da autoridade monetária de controle e previsibilidade da moeda, já o pressuposto do entesouramento é o que garante que todos os demais sejam cumpridos, pois quando a moeda é entesourada ou sai de circulação pode causar prejuízo na oferta e demanda e ocasionar em uma crise de superprodução, já que toda moeda não será usada para o consumo, e com isso pode gerar desemprego na economia, fazendo com que a moeda tenha impacto sobre as variáveis reais da economia.

Dessa forma, o que se pode afirmar da teoria quantitativa da moeda é que a inflação segundo Amado e Mollo (2015, p. 34), é causado pelo aumento da quantidade de moeda na economia, isto é, a variação no nível geral de preços é decorrente das variações da quantidade de moeda em circulação na economia e pelo princípio da exogeneidade da moeda, se ocorrer um processo inflacionário na economia a culpa recai sobre a autoridade monetária.

De acordo com Mollo (2004), tanto a TQM quanto a lei de Say dão a base fundamental para a divisão da linha de pensamento entre a ortodoxia e heterodoxia mesmo sendo relativa entre as principais linhas de pensamento, uma vez que entre os economistas que fazem parte ou que contribuíram para o pensamento econômico do ponto de vista da ortodoxia discordem da questão temporal em relação a estas

teorias existe uma aceitação da mesma. Os neoclássicos, novo-clássicos e os novos-keynesianos acetam a teoria quantitativa da moeda e a lei de Say, formando a ortodoxia econômica.

Apesar do pensamento econômico ortodoxo ser relativo, pois é na verdade um conjunto de teorias, ideias e argumentos que são influentes e tradicionais na história do pensamento econômico, existe um consenso entre a visão e atuação do governo em que a presença do Estado na economia é observada como algo negativo, uma vez que para os ortodoxos sua atuação pode atrapalhar o pleno funcionamento da economia, que só é alcançado por meio do livre funcionamento do mercado. Segundo Mollo (2015), a ortodoxia defende que o mercado é o melhor e mais eficiente instrumento de regulação da economia, sendo a presença do Estado na economia desnecessária e até mesmo prejudicial à economia, devendo ser evitada (MOLLO, 2015). Portanto, os principais ideais da ortodoxia vão contra o crescimento do Estado, defendendo que a interferência dele na economia seja a mínima possível, deixando o mercado atuar livremente.

Na visão de Mollo (2003) podemos chegar à conclusão que os novos-clássicos, defensores dos ciclos reais como sendo o lado mais extremo da ortodoxia uma vez que defendem a ideia que o mercado se ajusta rapidamente assim como uma maior neutralidade da moeda. Já os novos-keynesianos são menos extremos ao reconhecer que existem imperfeições no mercado, que entre os agentes econômicos existe assimetria de informação e reconhecem que existe uma rigidez nos preços o que não contribui para o ajuste do mercado no curto prazo.

Na visão dos neoclássicos a economia apresenta por si mesma instrumentos necessários para garantir a neutralidade da moeda no longo prazo, logo a moeda não afeta as variáveis reais da economia no longo prazo, de acordo com Friedman (1989), para que o efeito de curto prazo da moeda em variáveis reais da economia seja contornado é preciso que os agentes econômicos tomem suas decisões em termos reais e não em termos nominais uma vez que os mesmos dependem da ilusão monetária. Dessa forma, podemos concluir que apesar de existirem diferenças entre as linhas de pensamento, ainda sim há pontos relevantes que une e justifica o enquadramento de ambas dentro da ortodoxia, visto que todas aceitam a teoria quantitativa da moeda e a lei de Say no longo prazo. Onde de acordo com Mollo (2003), todas essas vertentes concordam que o mercado é mais eficiente para garantir o equilíbrio da economia e o Estado é desnecessário.

### 3.1.2 Heterodoxia na economia

os sistemas heterodoxos enfatizam o bem-estar social e criticam os modelos econômicos clássicos por suas contradições e instabilidades causadas pela acumulação individual de riqueza sob a ótica de países ou classes sociais. Com isso em mente, há muitas maneiras de definir a economia do ponto de vista da heterodoxia. Sua definição não se baseia apenas em diferenças contrastantes entre ideias convencionais ou ortodoxas. Logo dentro do que é conhecido como heterodoxia, vários conceitos, argumentos e perspectivas podem ser identificados, onde de acordo Mollo (2003) a heterodoxia é formada por aqueles que rejeitam tanto a Lei de Say quanto a Teoria Quantitativa da Moeda, seja no curto prazo ou longo prazo.

Na visão dos economistas heterodoxos a moeda desempenha um papel fundamental na economia, onde de acordo com Keynes (1971-1983), sua importância é tal, que isso faz com que a economia seja considerada monetária, uma vez que a moeda tem um papel próprio e afeta as decisões desde o processo produtivo, as relações trabalhistas e o consumo na economia. Nesse sentido os heterodoxos concordam com o entesouramento da moeda, devido a sua importância no processo econômico. De acordo com Mollo (1998), moeda possibilita trocas rápidas dentro da economia sem que haja perda de valor do capital, isso acontece porque a moeda é o ativo mais líquido da economia e é essa liquidez que possibilita maior flexibilidade e segurança em meio a tantas incertezas inerentes à economia, justificando seu entesouramento, ou em outras palavras, justificando a preferência pela liquidez.

Para os heterodoxos existe incertezas na economia que não se restringem apenas as questões de risco probabilísticos, uma vez que a distribuição de probabilidade não pode ser vista como base de compreensão do comportamento econômico na realidade, no sentido de que não existe base científica para formar qualquer probabilidade de cálculo (KEYNES, 1937). Isso acontece justamente pela descentralização das decisões e pelo futuro desconhecido, que estão por trás do significado de incerteza na heterodoxia, isto é, na economia existem incertezas sobre o consumo, a produção e os investimentos que criam condições para que a moeda, considerado por Keynes como o ativo mais líquido, seja um importante instrumento como garantia contra as incertezas na economia. Na visão do pensamento heterodoxo a moeda não apresenta neutralidade e conseqüentemente afeta as variáveis reais da economia pela sua natureza endógena, que torna impossível para a autoridade monetária prever ou controlar sua quantidade na economia, o que segundo Mollo

(2004), tira a culpa da autoridade monetária em casos de inflação, já que ela não tem controle sobre a moeda.

A heterodoxia expõe aspectos econômicos que não foram observados ou tiveram compreensões distintas para os economistas ortodoxos. Podemos destacar a não neutralidade da moeda que ocasiona interferências em variáveis reais da economia tanto no curto prazo quanto no longo prazo, a moeda é endógena e com isso torna-se instável e deixa ser previsível, a economia convive com incertezas que podem impactar na produção, consumo e o mercado de trabalho, fazendo com que a liquidez desempenhe papel fundamental no ambiente econômico.

Com relação a poupança na visão de Keynes e diferentemente da visão ortodoxa, a poupança depende da renda e não da taxa de juros, além disso discorda da visão ortodoxa em que existe uma igualdade entre a poupança e a oferta de fundos por empréstimos, pois ao considerar o entesouramento ou a retenção da moeda como racional impede que toda poupança seja oferecida para empréstimos, portanto não é possível que essa igualdade prevaleça intacta. Nesse sentido a poupança não é vista como determinante para os investimentos na economia, dado que, pode haver investimento sem poupança prévia via multiplicador bancário.

Já o investimento ocorre pela rentabilidade esperada, que é definido pela eficiência marginal do capital e determinado também pela taxa de juros, que é monetária, pois depende da oferta e demanda de moeda, diferente dos ortodoxos onde a taxa de juros é real, pois depende de fatores reais como a tecnologia e a preferência intertemporal do consumo. Nesse sentido segundo Keynes existe uma preferência pela liquidez na economia que condiciona a rentabilidade esperada dos investimentos e a taxa de juros.

Do ponto de vista da política monetária, o papel do Estado está relacionado a questão da incerteza, onde os agentes escolhem entesourar moeda como uma maneira de se proteger contra essa incerteza. Naturalmente, isso causaria uma redução na oferta de moeda e um aumento na demanda de moeda no mercado monetário, o que aumentaria a taxa de juros, impossibilitando, assim, o investimento. É neste cenário que a política monetária entra em ação estimulando o investimento, via queda na taxa de juros, de modo a não só controlar a inflação, como a também estimular variáveis reais da economia como produção, renda, consumo e emprego. Uma vez que a política monetária afeta a produção corrente e as decisões de

investimento e, conseqüentemente, as possibilidades reais da economia no curto e no longo prazo (CARVALHO, 2005, p.323-336).

Na teoria marxista oposição ao pensamento ortodoxo enxerga o dinheiro ou a moeda não apenas como um meio de troca, uma vez que se torna um único instrumento de validação social do trabalho em cada esfera da produção e também considera a moeda como endógena, dando a autoridade monetária a importância e o poder de regulação monetária. Na concepção de Marx, o dinheiro vela o caráter social dos trabalhos privados e, portanto, as relações sociais entre os produtores privados. Além disso, é através de contratos monetários que o trabalhador vende sua força de trabalho.

Destaca Mollo (2003) que para Marx a moeda apresenta uma relação social ao ser a responsável pela realização do capital, na medida em que o potencial valor que é auferido a mercadoria só é transformado em riqueza para o produtor quando é transformado em dinheiro, como resultante de uma relação de compra e venda inclusive a força de trabalho. Logo nessa perspectiva a moeda é o resultante do ciclo completo de reprodução do capital. Sendo assim, sem o dinheiro não existe processo de produção capitalista, onde os meios de produção e a força de trabalho são mercadorias. Uma vez que foi apresentado esse posicionamento da teoria marxista em relação ao que representa a moeda na esfera capitalista, fica evidente a negação a teoria quantitativa da moeda e a lei de Say.

Para Marx, a quantidade de moeda presente na economia bem como a velocidade com que a mesma circula depende da variação do estoque de moeda que é entesourada pelos agentes econômicos, ocorre nessa análise que um excesso de moeda na economia diminui a velocidade de propagação do dinheiro, sobrando um excedente dessa mercadoria que fica retido, isto é, entesourado pelos agentes da economia. Por sua vez a escassez monetária aumenta a circulação da moeda, fazendo com que parte da moeda que está entesourada volte a circular.

#### 4 RESULTADOS E DISCURSÕES

Antes de iniciarmos esse debate sobre a postura dos economistas ortodoxos e heterodoxos na pandemia, iremos mostrar de forma objetiva as principais diferenças e características entre essas linhas do pensamento econômico. Segue o Quadro 1.

Quadro 1 - Diferenças entre ortodoxia e heterodoxia

Visão ortodoxa da economia	Visão heterodoxa da economia
Controle dos gastos públicos e menor participação do Estado na economia para melhorar a reputação externa e favorecer investimentos na iniciativa privada.	Uma maior atuação do Estado na economia e aumentos dos gastos públicos, significa mais investimentos em saúde, educação e segurança pública.
Preocupação com aumento da dívida pública e o equilíbrio fiscal. O aumento da dívida e dos déficits fiscais impedem o crescimento econômico.	A dívida pública é um custo social do país que investe em sua nação e não um fator determinante para impedir o crescimento econômico
Política monetária deve assumir postura contracionista. Sendo assim, não se deve aumentar a oferta de moeda, pois acarreta em processo de hiperinflação.	A política monetária deve ser expansionista, isto é, uma maior oferta de moeda na economia estimula o consumo e fomenta o comércio, gerando emprego e renda.
Autoridades monetárias devem preocupar-se com a taxa de juros, isto é, devem buscar taxas de juros menores e mais competitivas. A taxa de juros é vista de forma mais técnica e instrumentalizada.	A taxa de juros não é vista de forma puramente técnica, já que pode afetar o nível de investimento, preços e o produto.
As crises econômicas e/ou grandes depressões são resultantes de choques exógenos, isto é, fatores externos que são imprevisíveis.	As crises econômicas são resultantes de problemas conjunturais e estruturais das sociedades capitalistas.

Fonte: Mollo (2003)

Apesar das diferenças apresentadas entre o pensamento econômico ortodoxo e heterodoxo em questões fundamentais da economia, durante a crise causada pela pandemia houve uma maior flexibilidade em relação ao pensamento ortodoxo no que se refere a atuação do estado na economia, bem como, na interpretação da crise e as políticas para o enfrentamento a covid-19.

De fato, em situações não tão atípicas, existiria por parte da ortodoxia uma visão mais conservadora no que se refere a formulação das políticas públicas, isto é, focar em controles de ajustes fiscais, diminuição dos gastos públicos e tentar diminuir a oferta monetária, isto é, focar em uma política monetária contracionista para

controlar a pressão monetária e a hiperinflação, onde de acordo com o pensamento exposto por Mollo (2015) as crises são geralmente causadas por fatores exógenos e de uma atuação desenfreada do governo, criando déficits primários e crescimento da inflação, resultando em um maior agravamento da situação econômica do país em momentos onde corre choques exógenos.

Já o pensamento heterodoxo enxerga que toda crise é provocada por questões inerentes aos sistemas econômicos capitalistas, em que existe uma certa fragilidade e que o Estado é capaz de criar soluções para enfrentar os fenômenos econômicos que geram tais crises, onde uma política monetária expansionista e um aumento dos gastos públicos de forma eficaz, criam condições para a superação de momentos em que ocorrem crises econômicas, isto é, estimular variáveis reais da economia como produção, renda, consumo e emprego. Uma vez que a política monetária afeta a produção corrente e as decisões de investimento, conseqüentemente, as possibilidades reais de ocorrer recuperações da economia no curto e no longo prazo (CARVALHO, 2005, p.323-336).

#### 4.1 A VISÃO HETERODOXA NA PANDEMIA

Os ensinamentos de Keynes afirmam que o melhor remédio para evitar uma crise econômica profunda é aumentar a demanda agregada. Escolas de pensamento heterodoxas acreditam que é necessário desconsiderar as premissas do equilíbrio fiscal; afirmam que precisamos reconstituir o nexó mercantil. Isso significa injetar dinheiro na economia, direcionar o crédito e gerar renda monetária para famílias, empresas e trabalhadores.

O Covid-19 foi um evento de foco/conjuntura crítica que forçou a abertura de uma janela política na qual os governos poderiam realizar programas de estímulo fiscal em larga escala que anteriormente não eram viáveis ou fortemente contestados (LADI E TSAROUHAS,2020; BÉLAND et.al, 2020).

A crise abriu as portas para a discussão sobre a queda potencial da visão ortodoxa. O mercado não consegue lidar com crises sistêmicas, e um consenso generalizado exige a intervenção do governo. Além disso, o fato de mesmo os países ricos terem sistemas de saúde fracos para lidar com a pandemia mostrou rapidamente que o capitalismo era frágil. O argumento é que a crise atual expôs as falhas do capitalismo moderno. É porque uma mentalidade intransigente em relação aos estados mínimos (que estava sob a doutrina neoliberal) desmoronou diante de fatos inegáveis. Além disso, fica claro que uma solução precisava ser encontrada na ação

do Estado e não apenas no mercado. Ajudou a desafiar o paradigma predominante de austeridade neoliberal e o deslocou com programas de política de estímulo apoiados por um paradigma keynesiano. Eles foram bem-sucedidos porque os danos à economia real desacreditaram a ideia de austeridade e abriram as portas para um paradigma diferente de finanças públicas (FERRAGINA e ZOLA, 2020; RAZAVI et al., 2020).

A crise do Covid-19 pontuou a orientação predominante do gerenciamento de crises econômicas por causa de seus danos à economia real, o que levou a um novo equilíbrio econômico em que os programas de estímulo keynesianos foram promulgados à força para proteger vidas e meios de subsistência, deslocando assim o equilíbrio de austeridade-resposta de longa data. com um equilíbrio fiscal expansionista keynesiano. (GROSSI et. al, 2020; RAZAVI et al., 2020). Durante a pandemia, com os impactos no aumento do desemprego e na redução da renda da população e os problemas enfrentados pelas empresas diante das restrições da oferta, fez com que o governo criasse políticas ortodoxa para aliviar esse cenário com transferência de renda para a população, financiamento adequado para as empresas, investimentos na área da saúde e em pesquisa para lidar com os adventos durante e após Pandemia.

#### 4.2 A VISÃO DA ORTODOXIA NA PANDEMIA

Os economistas de destaque no campo ortodoxo afirmam a necessidade de fornecer mais recursos à população e fortalecer o SUS, mas não esquecem que, uma vez superada a emergência, restabelecer a saúde fiscal do país deve ser novamente uma prioridade, uma vez que, fornecer liquidez ao mercado é o caminho certo, mas também é necessário implementar uma renda mínima ao mesmo tempo em que fornece recursos para grupos vulneráveis e trabalhadores regulares (LAPAVITSAS, 2020). Isso requer abandonar o dogma ideológico em torno do menor estado em casos onde ocorre fatores exógenos, além do que um dos argumentos exposto pelos economistas ortodoxos é a de que essa crise não foi apenas uma crise econômica e sim uma crise da saúde, que colocou em xeque a sobrevivência da humanidade e nesse caso é necessária uma abordagem diferenciada. O Estado precisa tomar medidas urgentes, mesmo que ocorra um aumento da dívida pública, para que os recursos possam ser transferidos de forma justa para a sociedade e com isso garantir que não falte os recursos básicos a população mais carente (MOLINA, 2020).

Com a pandemia os governos passaram a ter um papel mais ativo na economia, contrariando a visão ortodoxa sobre a atuação e o papel do Estado na economia, onde o governo tem que enxergar os gastos públicos como investimento, e não como passivos, além de garantir uma maior estabilidade no mercado de trabalho. Em tempos onde ocorre crises que afetam o sistema global e os principais indicadores macroeconômicos, podendo causar grandes depressões econômicas, as metas fiscais e as preocupações com o ajuste da dívida pública tornam-se irrelevantes no curto prazo, isto é, até momento em que o choque afeta a economia (DE BOLLE, 2010).

No Brasil, vimos economistas que sempre assumiram uma visão mais liberal e ortodoxa da economia tomando medidas controversas em relação ao pensamento ortodoxo, um programa de expansão do Bolsa Família, sugerido por Armínio Fraga e um programa de renda mínima que beneficiasse cerca de 100 mil brasileiros (ROMERO, 2020). Enquanto o economista também ortodoxo, Henrique Meireles, propôs que o Bacen (Banco central do Brasil), fosse autorizado a imprimir moeda e admitir política monetária expansionista, isto é, comprar títulos públicos e colocar mais moeda em circulação, com o objetivo de tentar estimular o consumo e a manutenção das empresas, para que as mesmas, com dinheiro em caixa pudessem garantir o pleno funcionamento e também o emprego dos funcionários, outra medida proposta por este mesmo economista, foi a diminuição da taxa dos compulsórios, para estimular a economia, via oferta maior de moeda através de uma expansão das linhas de crédito (SCHREIBER, 2020).

Essa postura de muitos economistas ortodoxos, espelhados pelo Brasil e mundo a fora, são compreensíveis, tendo em vista, que situações novas e atípicas fazem com que a discussão a respeito do debate econômico assumam posturas diferentes do comum e se tornem mais flexíveis, como o exemplo da grande depressão em 1929 que com a contribuição de Keynes, imprimiu na economia a possibilidade do uso de canais autônomos no dinamismo da macroeconomia em tempos de crises, isto é, grandes choques na economia (CANTU, 2020).

De fato, na interpretação da ortodoxia a recessão causada pela pandemia da corona vírus, é um fator exógeno, onde essa questão pode ser ilustrada pelas previsões da economia para 2020, onde segundo o FMI (fundo monetário internacional) em janeiro, deste mesmo ano, o crescimento da economia no cenário mundial iria superar o crescimento de 2,9% em 2019, chegando a 3,3% em 2020. Com

o surto da pandemia, essa previsão foi revisada para baixo, chegando em casos que economias espalhadas pelo mundo a fora, tiveram crescimento do PIB negativo, afirmando a ideia do pensamento ortodoxo no qual as crises de grandes impactos econômicos não são decorrentes de problemas orgânicos das economias capitalistas, mas na verdade fatores exógenos, que não são possíveis controlar ou ter previsibilidade.

#### 4.3 ECONOMIA DO BRASIL E A PANDEMIA

Em 2020, a pandemia do Covid-19 afetou adversamente a Economia brasileira e custou um grande número de vidas. Desde quando o primeiro caso foi confirmado até o início de dezembro de 2020, o Brasil registrou 6,9 milhões de casos e 181.000 mortes, uma das maiores cifras em termos absolutos e em relação à população entre os países atingidos pela pandemia (BACEN,2020c). com isso foi necessário um conjunto de políticas públicas para tentar minimizar os efeitos deste cenário adverso e desafiador provocado pela pandemia do Covid-19. Sabemos que as crises impactam o sistema econômico, social e político, tanto das grandes economias quanto dos países subdesenvolvidos, como o caso do Brasil, em que a pandemia gerou inúmeros desafios e fez com que o debate sobre o pensamento econômico fosse colocado em xeque no que se refere as políticas admitidas para enfrentar a crise de forma mais humana e garantir as melhores condições para a nação de acordo com Tavora (2020).

De acordo com Word Bank (2021) a crise causada pela pandemia do corona vírus foi mais impactante em relação aos colapsos gerados nas economias capitalistas do que as crises de 1929 a chamada grande depressão, que foi uma crise provocada pela grande especulação dos mercados financeiros, ocorrida nos EUA, mas que impactou todo o mundo, assim como o Brasil que na época era um grande exportador de café, o governo brasileiro precisou comprar a produção do café devido a redução dos preços no mercado internacional para fomentar a economia brasileira. de acordo com este mesmo autor, a covid-19 superou ainda, crises como a década perdida, que ocorreu no Brasil, mas também atingiu outros países da américa do sul, essa crise foi provocada pela alta dos preços dos barris de petróleo que culminou com uma superinflação e aumento da dívida externa provocada pelos aumentos das taxas de juros dos países industrializados.

A pandemia foi a crise que mais impactou o sistema social, político e econômico do Brasil, onde as projeções econômicas acerca dos principais indicadores da economia foram revisados para baixo, na saúde, podemos dizer que foi o pior recorte

da história brasileira, tendo em vista, a quantidade de óbitos crescentes dia após dia, tudo isso gerou repercussão na forma de atuação do Estado e flexibilizando a forma como os economistas mais ortodoxos enxergam as crises e a forma de supera-las, onde ficou claro, a visão de que em meio as crises é necessário uma maior atuação do estado na economia e a preocupação com os mercados financeiros, aumento da dívida pública, instrumentalização da taxa de juros e a preocupação com a inflação não devem impedir o Estado de atuar em benefício da sociedade e principalmente da população mais carente (LADI E TSAROUHAS,2020; BÉLAND et.al, 2020).

#### **4.3.1 Produto interno bruto**

PIB, o maior termômetro da economia, contraiu 4,1% em 2020; a taxa de desemprego no terceiro trimestre foi de 14,6% em relação população economicamente ativa, levando-a para 14 milhões de pessoas, onde esse patamar foi semelhante aos níveis de 2015 e 2016. (BACEN,2020b). No terceiro trimestre de 2020, os efeitos das políticas para combate ao COVID-19 começaram a ser sentidas, com o PIB crescendo cerca de 7,7% em relação ao segundo trimestre com uma queda acumulada da produção de 5,0% no ano (ME, 2020a).

Estes resultados observados no período indicado acima mostram uma contradição em relação ao pensamento imposto pelas escolas do pensamento econômico voltadas para ortodoxia, em que, a presença do governo na economia afeta seu funcionamento natural, gerando ainda mais crises.

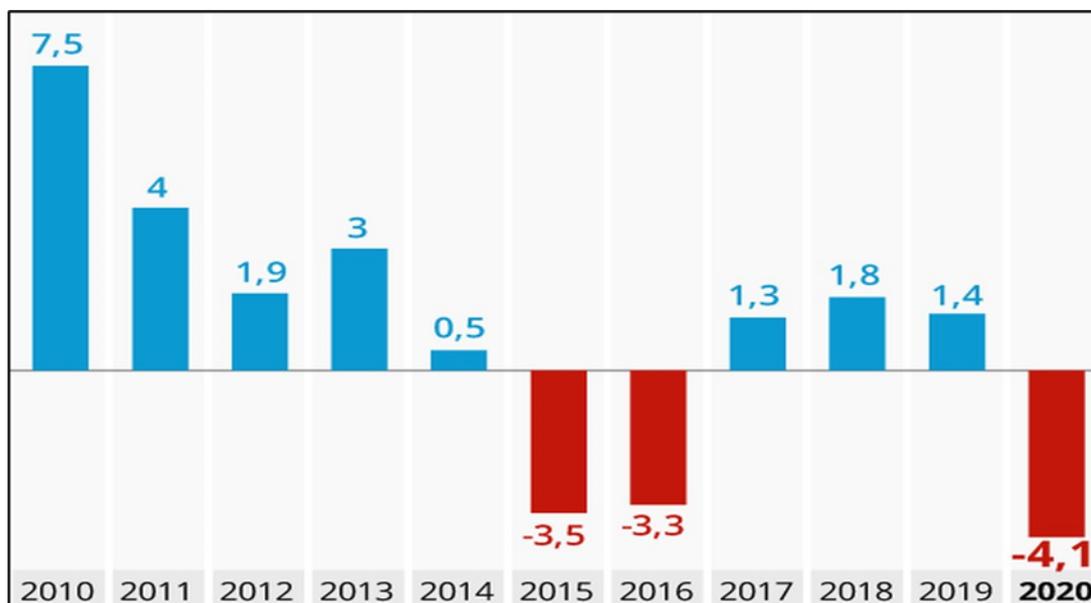
Logo, podemos observar que as ideias praticadas pelo pensamento heterodoxo modificaram toda a teoria da macroeconomia e práticas governamentais, e seus defensores, o Estado deve adentrar na economia em momentos de crise que são, por sua vez, partes naturais do ciclo econômico. Para os economistas heterodoxos, somente o governo pode ser promotor do bem estar social.

O mercado deve ser regulado pelo Estado de forma a garantir o pleno emprego e controlar a inflação. Sendo assim é fundamental admitir a intervenção estatal como indispensável ao funcionamento do mercado econômico. talvez seja impossível evitar grandes flutuações no emprego sem uma profunda mudança na psicologia do mercado de investimentos, mudanças essas, que não há razão para esperar que ocorram de forma espontânea sem a atuação do Estado na economia (KEYNES, 1982, p. 247).

Com isso é possível perceber que nos momentos em que a crise econômica começa a se espelhar entre os principais setores da economia e as políticas

convencionais admitidas pelo pensamento heterodoxo não são mais aceitas, isto é, não são viáveis e com isso é necessário assumir posturas diferentes.

Figura 1 - Evolução do PIB em %



Fonte: IBGE (2020)

Embora a recuperação não tenha alcançado os mesmos níveis antes da pandemia, setores como indústria e comércio, cujas atividades tiveram queda de 19,1% e 13,7%, respectivamente, na comparação com o trimestre anterior, cresceram 23,7% e 15,9%, respectivamente, no terceiro trimestre (ME, 2020a). O setor de serviços, o maior empregador da economia brasileira, registrou no terceiro trimestre uma variação de 6,3%, após contração de 9,4% no segundo trimestre. Dentro do setor, o maior impacto foi nos serviços de alimentação fora de casa, serviços pessoais, turismo e transporte aéreo. Pelo lado da demanda, o consumo das famílias cresceu 7,6% no terceiro trimestre após queda de 11,3% no segundo trimestre (BACEN, 2021).

Logo é possível verificar uma aceleração econômica provocada pelas políticas de estímulo de crédito ao consumidor e as empresas, sendo assim, podemos perceber mais uma vez uma maior flexibilização dos economistas ortodoxos que concordaram com políticas econômicas que visam maior atuação do Estado para promover a recuperação da economia.

O ministro da economia, Paulo Guedes, que teve sua formação acadêmica pela Universidade de Chicago, é partidário das ideias propagadas por sua escola de pensamento econômico, podendo ser assim considerado como um neoliberal, vinha conduzindo seu ministério honrando seus ideias liberais, no entanto, com o

agravamento da crise que não foi apenas um choque na economia, expressão utilizada pelos economistas ortodoxos para descrever as crises, a pandemia foi uma crise contra a coletividade, isto é, uma crise que não afetou apenas as variáveis econômicas, foi uma crise que afetou a continuidade e a manutenção da vida de milhões de pessoas, sendo assim surgiu a necessidade de uma mudança de postura na condução das políticas sociais e econômicas.

No entanto, diante dessa situação, Guedes se viu obrigado a desviar sua condução da economia brasileira para algo mais parecido com as ideias keynesianas, principalmente porque, em um país com histórico de intervenção estatal e políticas assistencialistas, a pressão popular foi grande no sentido de assumir uma postura mais paternalista. Assim, o governo precisou lançar mão de políticas intervencionistas para ajudar tanto empresas como trabalhadores e desempregados, mostrando uma flexibilização do pensamento econômico ortodoxo.

#### **4.3.2 Dívida pública**

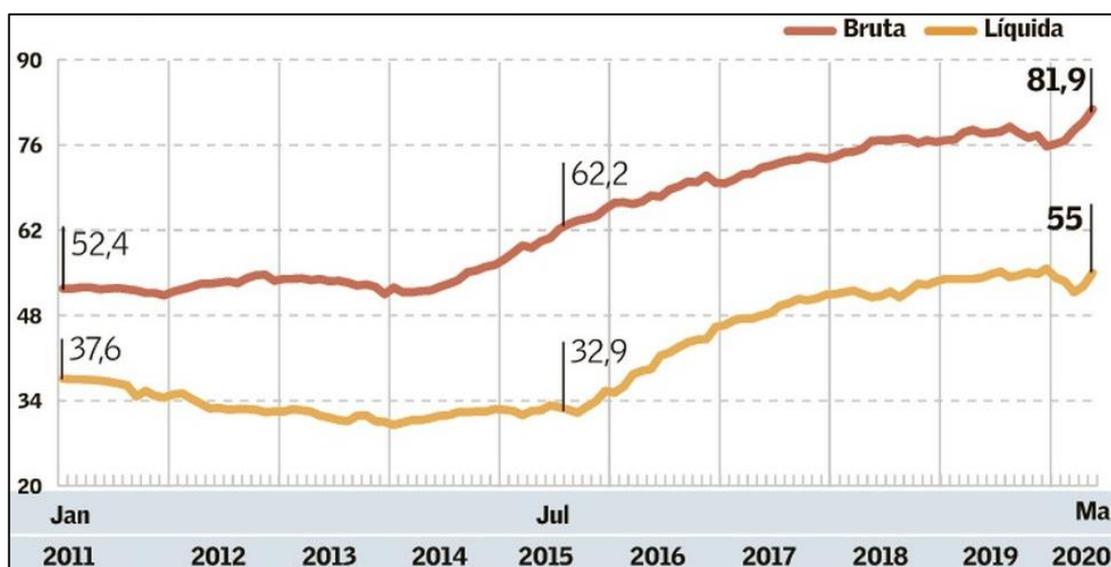
A dívida pública de uma nação é um indicador macroeconômico de fundamental importância para o sistema econômico de uma nação, tendo em vista, que representa principalmente para investidores no exterior o risco do país, logo tem impacto direto no fluxo monetário internacional. Para sustentar políticas públicas de enfrentamento à crise da COVID-19, nos primeiros meses do ano O Congresso aprovou uma emenda constitucional suspendendo a aplicação das regras fiscais em 2020 (ME, 2020a).

Assim, até o final de novembro, o Tesouro gastou 494,4 bilhões de reais (6,4% do PIB), e a projeção é de chegar a 674,6 bilhões de reais (7,4% do PIB) até o final de 2021. Além da assistência de emergência, esta despesa incluiu uma transferência adicional de 79,2 bilhões de reais (1,0% do PIB) para estados e municípios para compensar parcialmente a queda dos impostos (ME, 2020b). Cerca de 50 bilhões de reais foi destinado para gastos extras do Ministério da Saúde e demais órgãos de combate ao Covid-19, com a aquisição de dispositivos médicos, medicamentos e apoio ao desenvolvimento de vacinas (ME, 2020b).

O Tesouro também disponibilizou R\$ 40 bilhões para a constituição de um fundo garantidor de empréstimos para micro e pequenos empreendimentos. Com essas despesas reais adicionais (alta de 42,7%) e perdas reais na arrecadação de impostos (-11,5%) em relação aos mesmos 10 meses de 2019, as contas fiscais do governo federal registraram um aumento do endividamento (ME, 2020b).

O déficit primário, que é aquele que desconta os valores referentes aos juros da dívida pública, com o objetivo de eliminar o efeito de déficits anteriores, responsável pela dívida e juros atuais para isolar o impacto da política fiscal presente sobre as contas do governo, onde segundo Leite (2000) esse método do déficit primário é o mais eficiente para avaliar o impacto da política fiscal executada. Dessa forma, o déficit primário do governo federal foi de 725,6 bilhões de reais (9,8% do PIB) até outubro e a projeção é de atingir 12,7% do PIB até o final do ano de 2021 (ME, 2020b). Para o setor público, que inclui governos estaduais e empresas estatais, o déficit primário foi de 10,6% do PIB em janeiro a outubro de 2020. Com a adição de pagamentos de juros (4,8% do PIB, um pouco abaixo dos 5,1% do ano anterior), o déficit nominal atingiu 15,4% do PIB, que é 2,75 vezes maior que o ano anterior.

Figura 2 - Evolução entre a dívida bruta e líquida



Fonte: BACEN (2020a)

Por sua vez, a dívida pública bruta atingiu 90,7% do PIB, ou cerca de US\$ 1,3 trilhão de dólares, um aumento de 14,2% em relação a 2019 (ME, 2020b). Em 2021 com o retorno das atividades produtivas a relação entre dívida e PIB teve uma redução significativa dado o crescimento do PIB acima do previsto.

Além dos dados mostrados acima, essa tabela nos mostra uma postura diferente em relação ao posicionamento dos economistas ortodoxos, uma vez que percebemos uma evolução da dívida pública causada pela maior atuação do Estado e tendo o aval de grande parte dos ortodoxos em meio a este cenário de crise, dado que essa não foi uma crise apenas de cunho econômico, mas uma crise contra a vida.

### 4.3.3 Política de crédito e renda

Para o tratamento dos efeitos da crise econômica causada pela pandemia desse novo coronavírus, o governo brasileiro se socorreu à uma série de medidas intervencionistas, com vista a socorrer a economia. Isso porque, tal como está organizada na sua forma neoliberal, a economia não poderia recuperar-se sem os esforços da atuação estatal (NUNES, 2020).

Na tentativa de manter uma ordem cronológica nas ações governamentais direcionadas ao controle da crise econômica, primeiro há que se falar da Resolução nº 4.782 do Banco Central do Brasil, datada de 16 de março de 2020, que estabeleceu critérios temporários para a caracterização das reestruturações de operações de crédito para fins de gerenciamento do risco de crédito (BRASIL, 2020).

Tendo em vista o distanciamento físico necessário para proteger a população e evitar a saturação do sistema de saúde, os governos estaduais e municipais, aplicaram restrições de diferentes graus e períodos de tempo, em relação a abertura de negócio, a quantidade de pessoas permitidas em determinado espaço, de acordo com a evolução da COVID-19, em todo o território (BACEN, 2020c).

Por sua vez, o governo federal implementou ações e programas de proteção pessoal, e receitas corporativas, com intuito de garantir a continuidade dos negócios. Em termos de transferência de renda, o programa de assistência emergencial atingiu 66 milhões de pessoas, com pagamentos totalizando 280 bilhões reais, ou cerca de 3,9% do PIB. No total, os gastos do governo federal até novembro de 2020 (incluindo desoneração fiscal e aumento das despesas) atingiu cerca de 615 bilhões de reais, cerca de 8,6% do PIB (ME, 2020a).

O banco central também apoiou a expansão do crédito no sistema financeiro, que sustentou um aumento de mais de 37%, equivalente a 1,7% do PIB, nos empréstimos para micro, pequenas e médias empresas em comparação com 2019. No total, entre medidas fiscais e de crédito, recursos da ordem de 12% do PIB foram atribuídos em resposta ao COVID-19 (BACEN, 2020b).

Como resultado desses recursos, mais de 40% dos domicílios, representando mais de 50% da população brasileira, recebeu assistência para compensar a queda em sua renda decorrente da perda de 10 milhões de empregos nos primeiros quatro meses da pandemia (ME, 2020b). Para a parcela da população mais pobre, a assistência mensal de 600 reais (quase US \$ 120) por cinco meses (abril- agosto de 2020) e mais 300 reais até o final de 2020, aumentou os recursos em mais de 200%

(ME, 2020b). Estudos da Fundação Getúlio Vargas (2020) usando a pobreza e linhas de extrema pobreza (US \$ 5,50 e US \$ 1,90 por dia, respectivamente) estimou uma redução de 5,3 pontos percentuais na pobreza (de 23,7% em maio para 18,4% em agosto de 2020) e uma queda de 45% no número de extremamente pobres (de 4,2% para 2,3%). Dentro as regiões mais pobres, como a Norte e Nordeste do país, os programas emergenciais ajudaram a proteger o nível de receitas das empresas locais, especialmente aquelas na indústria alimentícia e no setor de construção doméstica, em especial o segmento de material (BACEN,2020d). Logo é percebido que existe uma grande disparidade de renda entre a população e o impacto real da pandemia em relação aos indivíduos e as empresas só serão mensurados após suspensão dessas políticas de crédito e distribuição de renda.

#### **4.3.4 Política monetária**

No front da política monetária, em agosto de 2020 o banco central cortou a taxa básica de juros (SELIC) de 4,5% para 2,0% ao ano, a menor taxa nominal desde que o Plano Real (BACEN,2020d).

A queda na produção e no consumo produzidos pela pandemia, trouxe a taxa de inflação abaixo da meta, e as decisões do banco central foram guiadas pelo objetivo de estímulo ao gasto e pela evolução das compras de ativos. No entanto, como resultado de alguma expansão em negócios imobiliários e novos investidores domésticos entrando no mercado de capitais, os índices do mercado de ações apresentaram alguns picos e a taxa de juros dos títulos públicos caiu, gerando pressão para mudança na estrutura desses títulos, reduzindo seus prazos ou aumentando as taxas de juros futuras (BACEN,2020d).

No front da política monetária, em agosto de 2020 o banco central cortou a taxa básica de juros (SELIC) de 4,5% para 2,0% ao ano, a menor taxa nominal desde que o Plano Real (BACEN,2020d).

A queda na produção e no consumo produzidos pela pandemia, trouxe a taxa de inflação abaixo da meta, e as decisões do banco central foram guiadas pelo objetivo de estímulo ao gasto e pela evolução das compras de ativos. No entanto, como resultado de alguma expansão em negócios imobiliários e novos investidores domésticos entrando no mercado de capitais, os índices do mercado de ações apresentaram alguns picos e a taxa de juros dos títulos públicos caiu, gerando pressão para mudança na estrutura desses títulos, reduzindo seus prazos ou aumentando as taxas de juros futuras (BACEN,2020d).

#### 4.3.5 Balança comercial

No setor externo, a pandemia afetou o balanço de pagamentos do Brasil. O comércio de mercadorias gerou um superávit de US\$ 51 bilhões em novembro de 2020, alta de 21,2% em relação ao mesmo período de 2019, e superou o total de US\$ 48 bilhões. O principal fator para isso foi uma forte queda nas importações (- 14,7%), com destaque para combustíveis (-39,9%). Já as exportações recuaram 7,4%, dado o fraco desempenho do brasileiro nas exportações da indústria de transformação (-13,5%), enquanto o setor agrícola aumentou 6,8% em valor (BACEN,2020d).

Os serviços caíram 42% nos primeiros 10 meses de 2020 na comparação anual. Esta redução refletiu principalmente a paralisia do turismo e o declínio no transporte pessoal. O déficit em serviços de viagens diminuiu de US \$ 9,8 bilhões em 2019 para US \$ 2,1 bilhões em 2020, e em serviços de transporte de US \$ 5 bilhões para US \$ 2,5 bilhões (BACEN,2020d).

A balança comercial tem grande importância no posicionamento da economia Brasileira em relação aos demais países, mostrando o impacto cambial sobre o resultado do balanço, e as relações comerciais entre país e o resto do mundo onde as saídas líquidas de divisas em pagamentos de juros externos e remessas dos lucros e dividendos caíram (-17% e -37%, respectivamente), com as saídas desses itens totalizou US\$ 13,3 bilhões nos primeiros 10 meses de 2020. Consequentemente, o déficit no balanço de pagamentos, na conta corrente diminuiu de US \$ 42,9 bilhões ao final de 2019 para US \$ 7,6 bilhões entre janeiro e outubro de 2020 (de -2,8% para -0,65% do PIB). A conta capital e financeira foi influenciada pela maior instabilidade dos fluxos cambiais (BACEN,2020d).

O investimento estrangeiro direto no Brasil caiu 44,6% no período de janeiro a outubro 2020 atingindo US\$ 31,9 bilhões de dólares. Os empréstimos líquidos aumentaram US \$ 22,3 bilhões nos primeiros 10 meses de 2019, já no mesmo período de 2020 houve saídas líquidas de U \$ 17,3 bilhões. O mercado de capitais e valores mobiliários viu uma saída de investimento estrangeiro equivalente a US \$ 15 bilhões no período de janeiro a outubro. As reservas internacionais recuaram US \$ 12,3 bilhões, no final de outubro (BACEN,2020d).

Além de financiar o balanço de pagamentos, os recursos internacionais tiveram papel importante nas medidas do banco central no mercado de câmbio brasileiro. O real desvalorizou-se em 44,2% em relação ao dólar nos 12 meses até outubro de 2020. O cenário global complexo e volátil, devido à pandemia e as respostas a ela

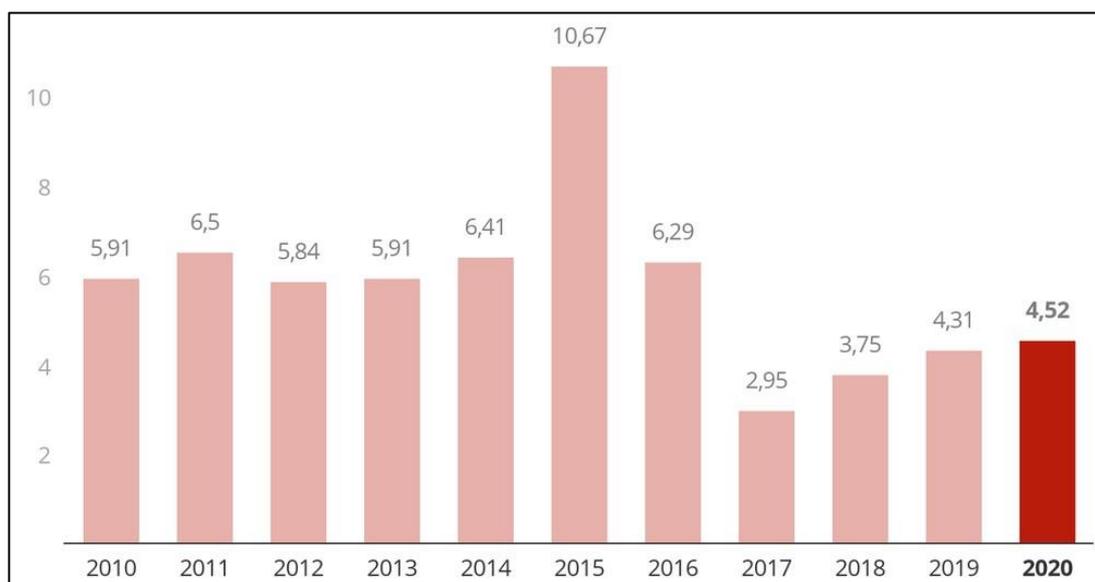
por parte das principais economias, somadas aos esforços do próprio país, junto com um déficit fiscal maior e juros menores, empurrou para cima a cotação do dólar no Brasil e em outros mercados emergentes (BACEN,2020d).

No entanto, em novembro, o resultado da eleição presidencial nos Estados Unidos e a perspectiva de vacinação contra COVID-19 a curto ou médio prazo, sustentou o investimento no mercado de câmbio brasileiro, com valorização do real de 7,6% naquele mês. A desvalorização da moeda teve impacto direto sobre os preços internos de alimentos e combustíveis (BACEN,2020d). A partir de 2021 o nível de exportação cresceu cerca de 40% no período entre janeiro e março, já as exportações nesse mesmo período cresceram 21% em relação ao mesmo período de 2020. Já a conta das transações correntes apresentou um superavit de 3,4 bilhões de dólares em maio (IPEA,2021). Demonstrando o impacto da taxa cambial no resultado da balança comercial brasileira, junto com o retorno das relações comerciais com outros países.

#### 4.3.6 Agravamento da inflação

Por sua vez, a forte queda do setor de serviços teve como efeito a contenção dos preços nesse setor. Assim, o índice de preços no atacado (IPA-DI) apresentou variação de 33,7% nos 12 meses até novembro, com um Elevação de 60,5% nos preços dos alimentos agrícolas. Já, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) variou 4,3% no período.

Figura 3 - Análise da inflação de 2010 até 2020



Fonte: IBGE (2020)

No entanto, o índice geral de preços (IGP-M), que é o principal índice de reajuste de contratos acima de 1 ano, como aluguel de imóveis, e inclui o índice de

preços de venda total, subiu 24,3% nos 12 meses até novembro (ME, 2020a). Apontado como pressão temporária dos preços o IPCA, apresentou em março de 2021 um crescimento acumulado nos doze meses de 6,8% para 8,1% consequência principalmente da aceleração do nível de atividade global, perante ao crescimento do nível de atividade do país (IPEA,2021).

#### **4.3.7 Mercado de trabalho**

A forte recuperação do mercado de trabalho é um dos principais pré-requisitos para a continuidade da retomada econômica. Se o mercado de trabalho conseguirá criar empregos e renda suficientes para compensar a redução da demanda após o fim dos planos emergenciais, determinará o comportamento da economia em 2021. O mercado de trabalho foi reestruturado pela pandemia em 2020. Em termos gerais, as medidas de bloqueio e o auxílio emergencial contribuíram para a redução da taxa de participação no mês de julho. O número de trabalhadores formais incluídos no cadastro geral de empregados e desempregados (CAGED) foi de quase 39 milhões, com perda líquida de 1,4 milhão de empregos entre março e junho de 2020. De julho a outubro, a economia respondeu com criação líquida de 1,1 milhão de empregos, de forma que 300 mil já havia sido recuperado (IBGE, 2020a). No entanto, os valores pouco mudaram nos últimos meses, mostrando ainda um quadro de deterioração do mercado de trabalho, apresentando uma taxa de desocupação em março de 2021 de 14,7%, que corresponde a 5% a menos força de trabalho observado no período antes da pandemia (IPEA,2021). A perda de empregos formais em relação a outubro de 2019 foi de 613,5 mil. Os salários médios (o valor médio de todos aqueles com contrato no mercado de trabalho) foram 1.691,92 reais em outubro de 2020, um aumento real de 1,0% em relação a outubro de 2019 (IPEA, 2020).

O salário real médio nos três primeiros trimestres do ano de 2020 foram de 2.594 reais, segundo o IBGE (2020), com aumento real de 8,3% em comparação com o período do ano anterior. Este aumento nos salários médios refletiu principalmente a forte queda no número de ocupados, visto que a folha de pagamento de outubro de 2020 foi 4,9% menor que a de outubro de 2019 (IPEA, 2020). Logo é possível perceber uma deterioração do mercado de trabalho pós pandemia, que gerou insegurança na contratação de novos colaboradores, o que fez com que não houvesse retomada total da força de trabalho.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

objetivo desse trabalho consiste em analisar a pandemia a partir da ótica economia da ortodoxia e heterodoxia. Para isso foi realizado uma pesquisa de cunho bibliográfico através da revisão de materiais já publicados, como livros, artigos e teses. É possível concluir que a pandemia de Covid-19 colocou desafios significativos para o sistema econômico global. Isso aumentou a necessidade de uma ciência econômica confiável para entender as mudanças e ajudar os tomadores de decisão a fazer políticas eficazes.

Esses dois vieses tinham opiniões diferentes sobre como as políticas públicas deveriam ser implementadas para combater uma crise econômica iminente. Na visão da ortodoxia, onde sua ótica econômica é baseada no livre mercado, sendo este mais eficaz quando deixado de ser regulado, No entanto, com o agravamento da crise os economistas ortodoxos tiveram que repensar a forma de atuação e os posicionamentos no debate econômico. Sendo assim, passaram a assumir uma postura menos convencional, isto é, concordando com uma atuação maior do Estado para garantir o funcionamento da economia com a manutenção dos empregos, comércios e consumo das famílias. No Brasil, a retração econômica foi de 9,7% no segundo trimestre de 2020, comparado o mesmo indicador de 2019. Como resposta, os Países mundo a fora passaram a adotar políticas econômicas ancorada na expansão dos gastos públicos, visando suprir recursos para atender as questões de saúde e sanitárias, bem como a suspensão e redução temporária de alguns impostos, no Brasil a disponibilização de um auxílio emergencial para as famílias e a disponibilização de recursos para socorrer as empresas em dificuldade. Essas medidas eram fortemente criticadas pelos economistas ortodoxos, mas como exposto durante o trabalho, ficou claro uma maior flexibilização.

Já na Visão da heterodoxia, onde é enfatizado o bem-estar social, e a importância do Estado no equilíbrio da economia. A pandemia mostrou que o Estado é e foi de grande importância para o combate da crise econômica, através dos estímulos fiscais em larga escala, criando uma sustentabilidade para a economia do país. Apesar das diferenças, entre a ortodoxia e a heterodoxia, ficou claro que em momentos de crise há um fator comum: a necessidade de fornecer mais recursos à população, fortalecer os sistemas públicos de saúde e auxiliar os mais vulneráveis.

## REFERÊNCIAS

LADI, Stella; TSAROUHAS, Dimitris. EU economic governance and Covid-19: policy learning and windows of opportunity. **Journal of Europe and Integration**, v. 42, n. 8, p. 1041-1056, 2020.

LAPAVITSAS, C. **Esta crise expôs os absurdos do neoliberalismo. Isso não significa que ela irá destruí-lo.** Disponível em: <<https://leiccuerj.com/2020/04/07/esta-crise-expos-os-absurdos-do-neoliberalismo-isso-nao-significa-que-ela-ira-destrui-lo>>. Acesso em: 20 set. 2022.

MARCONI, E. LAKATOS. **Fundamentos de metodologia científica**. 6ª edição editora atlas, 2007 São Paulo. PPC-Matriz Nova. Curso de Educação Física da FUG, 2011.

ME - Ministério da Economia. **Análise do Impacto Fiscal das Medidas contra o COVID-19**. 2020b.

BACEN - Banco Central do Brasil. **Boletim Regional. 2021**. 2020a. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/centraisde-conteudo/apresentacoes/2020>. 2020a. Acesso em: 20 set. 2022.

BACEN - Banco Central do Brasil. **Impactos da pandemia na economia**. 2020d. Disponível em: <[https://www.bcb.gov.br/conteudo/home-ptbr/TextosApresentacoes/TCU\\_WEBINAR\\_18.6.2020.pdf](https://www.bcb.gov.br/conteudo/home-ptbr/TextosApresentacoes/TCU_WEBINAR_18.6.2020.pdf)>. Acesso em: 20 set. 2022.

BACEN - Banco Central do Brasil. **Medidas para o enfrentamento da crise provocada pela pandemia de Covid-19 na economia**. 2020c. Disponível em: <[https://www.bcb.gov.br/conteudo/homeptbr/TextosApresentacoes/TCU\\_WEBINAR\\_18.6.2020.pdf](https://www.bcb.gov.br/conteudo/homeptbr/TextosApresentacoes/TCU_WEBINAR_18.6.2020.pdf)>. Acesso em: 20 set. 2022.

BACEN - Banco Central do Brasil. **Microcrédito**. 2020b. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/Nor/relinclin/SerieCidadania>>. Acesso em: 20 set. 2022.

BACEN - Banco Central do Brasil. **Microcrédito. 2021**. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/Nor/relinclin/SerieCidadania>>. Acesso em: 20 set. 2022.

BAZELON, Emily. **Restarting America Means People Will Die. So, When Do We Do It?** The New York Times Magazine, v. 10, 2020.

BÉLAND, Louis-Philippe; BRODEUR, Abel; WRIGHT, Taylor. **The short-term economic consequences of Covid-19: exposure to disease, remote work and government response**. 2020.

BIERNATH, A. **Quais as semelhanças entre a Covid-19 e outras pandemias do passado?** Abril Editora, abr. 2020.

BOLLE, M. Monica De Bolle: **Hoje, dane-se o Estado mínimo, é preciso gastar e errar pelo lado do excesso**. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/economia/2020-04-01/monica-de-bolle-hoje-dane-se-o>>

estado-minimo-e-preciso-gastar-e-errar-pelo-lado-do-excesso.html>. Acesso em: 20 set. 2022.

BRESSER-PEREIRA, L.C. **O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, Fundação Seade, v. 20, n. 3, p. 5-24, jul./set. 2006. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>. Acesso em: 20 set. 2022.

COLANDER, David; HOLT, Richard; ROSSER JR, Barkley. **The changing face of mainstream economics**. Review of Political Economy, v. 16, n. 4, p. 485-499, 2004.

DAVIS, J. B. **The turn in recent economics and return of orthodoxy**. Cambridge Journal of Economics, Oxford, v.32, n.3, p. 349-366, 2007. Disponível em: <<https://academic.oup.com/cje/article/32/3/349/1680533>>. Acesso em: 20 set. 2022.

DEQUECH, David. **Neoclassical, mainstream, orthodox, and heterodox economics**. Journal of Post Keynesian Economics, v. 30, n. 2, p. 279-302, 2007.

EC – EUROPEAN COMMISSION. **Coordinated economic response to the Covid-19 Outbreak**. Brussels: COM, 2020.

ESPELAND, Wendy Nelson; STEVENS, Mitchell L. Commensuration as a social process. Annual review of sociology, p. 313-343, 1998.

FERNÁNDEZ, R. G. **A metodologia como argumento para uma economia pluralista**. In: Encontro Nacional de Economia Política, 16., 2011, Uberlândia. Anais... Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2011. Disponível em: <<http://www.sep.org.br/artigos/download?id=1784>>. Acesso em: 20 set. 2022.

FERRAGINA, Emanuele; ZOLA, Andrew. An obituary for austerity narratives. **An experimental analysis of public opinion shifts and class dynamics during the covid-19 crisis**. Max Planck Sciences Po Center on Coping within stability in Market Societies (Maxo), Paris, 2020.

FRIEDMAN, M (1989). **The Quantity Theory of Money, The New Palgrave: A Dictionary of Economics**. London and Basingstoke: The Macmillan Press Limited.

FRIJTERS, P. **The Corona Dilemma**. Club Tropo, 2020.

GIL, Fabiano da Silva. **Metodologia da pesquisa: um guia prático**. 2010.

GROSSI, Marcia Gorett Ribeiro; MINODA, Dalva de Souza Minoda; FONSECA, Renata Gadoni Porto. Impacto da pandemia do COVID-19 na educação: reflexos na vida das famílias. **Teoria e Prática da Educação**, v. 23, n. 3, p. 150-170, 2020.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Agência de Notícias**.

**Desemprego**. 2020a Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencianoticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29181-desemprego-atinge-14-milhoes-depessoas-na-quarta-semana-de-setembro-16/10/2020>. Acesso em: 20 set. 2022.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Taxa de Desemprego**. 2020. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/tag/taxa-de-desemprego>>. Acesso em: 20 set. 2022.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Visão Geral da Conjuntura**. 2021. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/210630\\_cc\\_51\\_nota\\_33\\_visao\\_geral.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/210630_cc_51_nota_33_visao_geral.pdf)>. Acesso em: 20 set. 2022.

KEYNES, J. M. **Alternative Theories of the Rate of Interest**. In: The Collected Writing of John Maynard Keynes. Cambridge, Mac Millan, Vol. XIV, p. 165-172, 1983.

ME - Ministério da Economia. **Enfrentamento ao Covid-19**. 2020a. Disponível em: <<https://www.gov.br/economia/pt-br/centraisde-conteudo/apresentacoes/2020>>. Acesso em: 20 set. 2022.

MOLINA, J. A. **A pandemia e o fim do neoliberalismo pós-moderno**. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/crise-civilizatoria/a-pandemia-e-o-fim-do-neoliberalismo-pos-moderno/>>. Acesso em: 20 set. 2022.

MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. **A importância analítica da moeda em Marx e Keynes**. *Análise Econômica*, v. 16, n. 29, 1998.

MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. El al. **Austeridade para quem? Balanços e perspectivas do governo Dilma Rousseff**. Ed. 1. Local: São Paulo, p 83-88, 2015.

MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. **Ortodoxia e Heterodoxia Monetária: a Questão da Neutralidade da Moeda**. *Revista de Economia Política*, vol. 24, n. 3 (95), p. 324-343, 2003.

OCDE – The ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Evaluating the initial impact of COVID-19 containment measures on economic activity**. Paris: OCDE, 2020.

RAZAVI, Leila; BROUWER, Roy; Ricki, Saman. **The economic impacts of water supply restrictions due to climate and policy change: A trans bound agyria verb sin supply-side input-output analysis**. *Ecological Economic*, v. 172, p. 106532, 2020.

ROBBINS, LIONEL. **Um ensaio sobre a natureza e a importância da ciência econômica**. Saraiva Educação SA, 1932.

-